

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO
INTERDISCIPLINAR DE
ESTUDO E PESQUISA
DO IMAGINÁRIO
SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVII
VOLUME 27
(JUL-DEZ)
2017
P. 260-273.

O RETRATO DO COLONIZADOR EM RONDON: POR UMA DESCOLONIALIDADE AMAZÔNICA

Eduardo Augusto Melo de Santana Júniorⁱ
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar o processo de colonização da Amazônia ocidental, nas terras que deram origem ao Estado de Rondônia, tendo como referência de análise a teoria crítica pós-colonial, a partir de autores como Albert Memmi e Aimé Césaire. O trabalho em questão, leva em consideração a atuação de Cândido Mariano da Silva Rondon, como personagem central e representativo do processo colonizador a partir da criação da Comissão Rondon e dos projetos de colonização nessa região da Amazônia. Pretende mostrar o retrato do colonizador, na figura de Rondon, motivado pelo ideal de civilização, orientado pela doutrina positivista bem como a influência dos militares na colonização rondoniense. Além dos estudos pós-coloniais, está presente neste artigo o conceito do giro decolonial, desenvolvido pelo Grupo Modernidade/Colonialidade, que interpreta o pós-colonialismo a partir da perspectiva latino-americana, a fim de se entender o processo civilizatório e colonizador em Rondônia e suas peculiaridades culturais na sociedade rondoniense.

Palavras-chave: colonização; pós-colonialismo; Rondon.

ABSTRACT

This article aims to analyze the process of colonization of western Amazonia, in the lands that gave origin to the State of Rondônia, having as a reference the analysis of postcolonial critical theory, from authors such as Albert Memmi and Aimé Césaire. The work in question takes into account the work of Cândido Mariano da Silva Rondon, as a central and representative character of the colonization process since the creation of the Rondon Commission and the colonization projects in this region of the Amazon. It intends to show the portrait of the colonizer, in the figure of Rondon, motivated by the ideal of civilization, guided by the positivist doctrine as well as the influence of the military in the colonization of Rondônia. In addition to the postcolonial studies, this article presents the concept of decolonial turn, developed by the Modernity/Coloniality Group, which interprets postcolonialism from the Latin American perspective, in order to understand the civilizing and colonizing process in Rondônia and its cultural peculiarities in the rondonian society.

Keywords: colonization; post-colonialism; Rondon.

Introdução

Pensar a Amazônia a partir da teoria pós-colonial é tentar entender como foi a atuação dos europeus que aqui chegaram na passagem do século XV para o XVI, iniciando o processo histórico da modernidade e tudo o que viria após, isto é, a colonização ibérica e tudo aquilo que ela acarretou, primeiramente como encantamento do paraíso terrestre, depois o papel que uma colônia tem como dever perante a sua metrópole, a geração de dividendos para o empreendimento colonial.

A teoria crítica pós-colonial é um pensamento recente nas universidades brasileiras, diferente de nossos vizinhos latino-americanos, como a Martinica, Peru e Argentina, talvez por não falarmos espanhóis, não termos processos revolucionários de independência política e da geração de cientistas sociais com formação diretamente na Europa, ainda estamos em formação acadêmica dessas várias correntes que compõe o pós-colonialismo.

Este artigo pretende traçar um panorama da historicidade rondoniense, mostrando a perspectiva da ação colonialista e sua influência, tendo a figura de Cândido Mariano da Silva Rondon, o Marechal Rondon, como o protagonista desta ação colonizadora a partir da Comissão Rondon. O tema é bem amplo e precisaria de mais pesquisas e análises para entender como a figura de Rondon personifica a

ideia de civilização, trazendo para cá seu ideário positivista e militar.

Analisando os discursos, relatos e memórias sobre o Marechal Rondon, encontramos elementos para analisar e convergir com o pensamento pós-colonial, internamente no Brasil, como que sujeitos atuam como portadores do governo, levando o progresso para a Amazônia. Um grande empreendimento para a integração nacional, sem sombra de dúvidas, todavia marcado pela doutrina positivista do exército em sua ação civilizatória, principalmente desconsiderando os povos indígenas como sujeitos de sua própria história, iniciando a ideia de tutelamento do autóctone contribuindo para a perda de sua identidade.

261

A teoria pós-colonial e seus desdobramentos

Quando se fala em pós-colonialismo, entende-se primeiramente o processo posterior a descolonização dos continentes africanos e asiáticos após a Segunda Guerra Mundial. Outra explicação sobre esta teoria, é que se dá com o surgimento de contribuições teóricas provenientes dos estudos literários e culturais, que ganharam notoriedade nos EUA e Inglaterra, nos anos 1980.

A teoria pós-colonial tem a sua maior influência a partir dos escritos de três pensadores do mundo colonial, na segunda metade do século XX, que através de obras quase que autobiográficas, mostraram ao mundo o olhar do

colonizado e as seqüelas da colonização européia moderna em outros continentes, isto é, Ásia, África e América. Os autores clássicos desta teoria crítica formam uma tríade peculiar acrescentada mais tarde pela contribuição importante para se pensar o processo civilizatório ocidental sobre o “resto” do mundo. Temos como protagonistas, os martinicanos Frantz Fanon, com a obra *Os condenados da terra* (1961) e Aimé Césaire, com o *Discurso sobre o colonialismo* (1950); da Tunísia temos Albert Memmi com o livro *Retrato do colonizado, precedido pelo retrato do colonizador* (1947) e enfim o palestino Edward Said, com o livro *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente* (1978).

O que esses autores citados acima têm em comum? O fato de serem pensadores que analisaram a colonização a partir do ponto de vista dos próprios sujeitos colonizados. Nestas obras são relatadas as atrocidades, a dominação colonial marcada pela violência e opressão, com o intuito de subjugar economicamente e culturalmente os povos dos continentes citados no parágrafo anterior. A modernidade e a conseqüente colonização se deram através da construção da noção de cultura e civilização que nasce com o Renascimento e a expansão marítima européia e se consolida com o advento do Iluminismo no século XVIII, que fundamentou as ações europeias, através de teorias filosóficas, as bases necessárias para o domínio europeu além mar. A teoria crítica pós-

colonial não está interessada apenas em conhecer e entender o passado sob o domínio outro, mas em analisar de que forma as influências culturais do colonizador ainda permanecem, de muitas formas, na ex-colônia e reproduzem um pensamento eurocêntrico na estrutura das relações de poder entre metrópole e colônia.

Nos anos 1960 nomes como Foucault, Derrida e Deleuze despontam como pensadores pós-modernos, trabalhando com novas abordagens nas ciências humanas e sociais, como a atuação do capitalismo tardio na sociedade e a onda neoliberal entre outros aspectos culturais da segunda metade do século XX. Essa escola de pensamento francesa conhecida como pós-estruturalismo é **262** contemporânea com o surgimento da pós-modernidade, na qual esta, estaria na fronteira de uma nova perspectiva para a análise da cultura contemporânea, numa época marcada pelo fim das metanarrativas e novos paradigmas epistemológicos.

Nesse caminhar teórico para o entendimento da cultura, surge o “multiculturalismo” para caracterizar a cultura a partir da idéia da diferença, com o objetivo de valorizar cada cultura, gerando com isso uma disputa e rivalidade étnico-racial entre os atores envolvidos, no que diz respeito aos povos do que se chamou no pós-guerra de “Terceiro Mundo”, noção que só vai se alterar com o pensamento da teoria crítica pós-colonial, para explicar a experiência colonial da modernidade. A partir

dos processos de descolonização surgem nomes que já não se vêem mais como terceiro-mundistas, mas sim como, sujeitos que se percebem em áreas periféricas do mundo e que sentem a necessidade de expressar suas perspectivas dentro de um panorama pós-colonial, não apenas temporal, mas a partir de abordagens outras, do olhar do colonizado.

Com o passar do tempo nomes de intelectuais de países periféricos como Spivak, Said, Bhaba, passam a figurar entre os primeiro-mundistas dos estudos da cultura, tendo a predominância da língua inglesa entre sua análise e produção, haja vista, o passado do imperialismo inglês como afirma Ângela Pryston que,

o que se sobressaía, como ponto de intersecção entre os adeptos do projeto pós-colonial era, nas suas instâncias mais básicas, a língua inglesa como signo de uma reação específica ao Império Britânico e da influência da diáspora que levou tantos intelectuais terceiro-mundistas à outra força hegemônica da língua inglesa, os Estados Unidos. E em segundo lugar, a capacidade que essa teoria tinha de se tornar uma mercadoria tão facilmente negociável no circuito acadêmico anglo-americano (até por sua estreita ligação com outros “pós”: o pós-estruturalismo e o pós-modernismo). (PRYSTON, p. 11, 2010).

Com a formação do Grupo de Estudos Subalternos, no sul asiático, utilizando a noção gramsciniana de subalternidade e cultura, novos autores aparecem para estudar a ação e consequência do colonialismo, como Ranajit Guha e nos anos 1980 intelectuais como Gayatri Chakrabarty Spivak que, coloca o subalterno em

evidência fora da Índia, com o seu livro *Pode o subalterno falar?* (1985), onde “a autora faz uma profunda crítica aos intelectuais ocidentais Deleuze e Foucault – a despeito de sua filiação pós-estruturalista e desconstrucionista – e uma autocrítica aos estudos subalternos, através da reflexão sobre a prática discursiva do intelectual pós-colonial” (BALLESTRIN, p. 93, 2013).

Pode-se afirmar que a descolonização não é apenas uma premissa material, mas o que se está lutando é para se descolonizar a própria História e sua epistemologia eurocêntrica, para se olhar através de lentes que permitam uma visão alternativa enquanto ocidente, isto é, outros meridianos que não sejam do norte hegemônico, para se entender a realidade do sul periférico, **263** algo que acontecerá principalmente a partir do final da década de 1980 na América Latina a partir de diálogos com os Estudos Culturais, como a subalternidade, com o propósito de contrapor a historiografia oficial e estudar as vozes sufocadas pelo domínio do saber colonial.

Intelectuais latino-americanos residentes nos EUA, como Aníbal Quijano e Walter D. Mignolo, influenciados pelos pensadores asiáticos, irão fundar o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos durante os anos 1990, para pensar os problemas da colonização no hemisfério sul. Mas esse grupo não dura muito tempo devido às divergências entre os seus membros, principalmente Mignolo, que afirmou que não seria possível pensar a problemática latino-americana a partir do modelo indiano e era

preciso romper com os autores eurocêntricos dos estudos culturais e pós-coloniais, principalmente com os pós-estruturalistas e pós-modernos, como Foucault e Derrida, ou seja, uma descentralização do saber, para contestar as peculiaridades envolvidas no processo histórico da colonização ibérica na modernidade, que para Mignolo “não é um período histórico, mas a autonarração dos atores e instituições que, a partir do Renascimento, conceberam-se a si mesmos como o centro do mundo” (GALLAS, p. 1, 2013).

Com o surgimento do Grupo Modernidade/Colonialidade, no final dos anos 1990, decorrente do antigo Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, as ciências sociais e a teoria pós-colonial ganham uma renovação com a “radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção do giro decolonial” (BALLESTRIN, p. 89, 2013). Com contribuições de diversos pensadores como Aníbal Quijano e Enrique Dussel, e influências de diversas correntes de pensamento como a teoria da dependência, a teoria feminista chicana, a teoria pós-colonial e a filosofia africana, o M/C desenvolveu conceitos originais para os processos de colonialidade, cultura e poder na América Latina.

Um dos conceitos utilizados pelo M/C é a colonialidade do poder, um termo utilizado para demonstrar como a dominação colonial ainda continua em nossa época embora a mesma já não exista oficialmente, como atuação do capitalismo

tardio sobre as áreas periféricas do mundo. Além da colonialidade do poder, o grupo ainda denota mais duas formas da colonialidade, ou seja, os do ser e do saber, em que esses conceitos estão ligados diretamente ao funcionamento da modernidade, onde se desenvolve através dos seus agentes eurocêntricos, isto é, a noção da superioridade racial com o racismo e seus desdobramentos; de gênero, na subjugação mulher e na discriminação de grupos LGBT; de trabalho, na afirmação do modelo liberal capitalista eliminando outros, geralmente de cunho socialista, em nome do progresso material e da civilização branca européia.

Para os intelectuais do grupo M/C, o conhecimento tem um poder geopolítico exercido pelos centros do saber do norte (Estados Unidos e Europa), que explicam o mundo a partir de sua visão colonialista. Seria importante então quebrar este monopólio e (re) pensar o colonialismo a partir do olhar da própria América Latina, conceito no qual denominaram “giro decolonial”, que “basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico a lógica da modernidade/colonialidade” (BALLESTRIN, p. 105, 2013), para Mignolo a origem desse pensamento é mais antiga, ou seja, desde a fundação do processo colonizador. São marcos da descolonialidade presente na América desde o século XVII, quando por exemplo, Wama Poman de Ayala envia sua *Nueva Crónica y buen gobierno* (1616) ao rei Felipe III da Espanha, e

Otabbah Cugoano, um ex-escravo africano publicando em Londres *Thoughts and sentiments on the evil of slavery* (1787). O pensamento decolonial surge como rompimento do pensamento pós-moderno e pós-colonial para usufruir de outras visões críticas, e trazer a tona a descolonização do poder, do ser e do saber, buscando os horizontes possíveis para se entender o processo colonialidade/modernidade.

Descolonizando a historiografia de Rondônia

Nessa paisagem, de abordagem pós-colonial, trago para discussão a historiografia de Rondônia para, a fim de, dialogar com os conceitos vistos e propor novas perspectivas a partir olhar do pós-colonialismo. A história oficial, legitimada pelos poderes constituídos, é construída a partir da visão geralmente de heróis e grandes feitos do Estado ou particulares, para o engrandecimento de grupos, classes ou nação. Temos como exemplo a história positivista, apenas o decorar de nomes, datas, lugares para explicar a história. Percebemos isto nos livros didáticos da educação básica, onde a figura do subalterno (índios, negros, mulheres) tem pouco ou nenhum espaço destinado a sua história e cultura, como nos diz Albert Memmi que, “o colonizado não é sujeito da história, mas objeto” (MEMMI, p. 87, 1977).

Esta situação melhora a partir da contribuição dos historiadores críticos e não-positivistas, como Marc Bloch e Eric Hobsbawn,

que criaram escolas na análise historiográfica, seja pela Escola dos Annales, seja pelo marxismo, respectivamente, em que os acadêmicos e professores de história tem uma possibilidade de abordagem mais crítica em relação a essas invisibilidades sociais e aproveitam melhor desse conhecimento para aprofundar certas questões.

Na historiografia de Rondônia, assim como outras regiões do país, a história é protagonizada pelos mitos que iniciaram o processo colonizador, como Percival Farquhar e Cândido Mariano da Silva Rondon, nome que homenageou o território e futuro Estado de Rondônia. É sobre a figura do Marechal Rondon que escrevo este artigo para analisar o discurso do processo de colonização que houve nas terras que hoje chamamos de Rondônia. A biografia deste homem, suas influências positivistas, sua atuação no Exército Brasileiro e sua empreitada na floresta amazônica, com a Comissão Rondon, é o corpo de análise deste artigo, à luz da teoria crítica pós-colonial, na tentativa de mostrar a ação do colonizador, um emissário da civilização, como também as suas conseqüências nos traços da colonialidade presentes na cultura rondoniense. Para tal tarefa me baseio nas obras clássicas da teoria crítica pós-colonial como Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador, de Albert Memmi e Discurso sobre o Colonialismo, de Aimé Césaire, bem como de autores da opção de-colonial como Walter

Mignolo e Aníbal Quijano, que enriquecem a teoria a partir da perspectiva latino-americana.

Desbravando a história

O território onde atualmente está situado o Estado de Rondônia, localiza-se na porção da Amazônia Ocidental, sendo sua área composta do desmembramento dos estados do Amazonas e Mato Grosso. A região amazônica, alvo de disputas do colonialismo europeu, sobretudo ibérico, despertou desde cedo a preocupação do governo português e posteriormente brasileiro, pela posse e ocupação do território, sendo assinados vários tratados diplomáticos e projetos de colonização para tornar a região amazônica, como uma nova fronteira da civilização nacional a ser “povoada”.

Bandeirantes como Raposos Tavares e Manuel Félix, navegaram ainda no século XVII, pelas bacias dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, nas chamadas monções de desbravamento dos sertões, aliás, uma das primeiras formas de representação do colonizador interno, no processo civilizatório moderno, herói mítico construído no governo varguista num momento de formação da identidade brasileira. Percebemos este fato em palavras e frases do hino estadual, Céus de Rondônia, como “nós, os bandeirantes de Rondônia” e “somos destemidos pioneiros”, bem como no hino do município de Porto Velho, quando fala “pela forja dos bravos pioneiros”.

Fato não visto em hinos de outros estados da região norte, como os hinos de Roraima, Acre e Amazonas, então fica a pergunta: será este lugar, uma terra de ninguém? Podemos perceber essa ideia como uma ação colonizadora em uma região desabitada e inóspita, ávida por progresso e civilização para dar conta do desenvolvimento liberal-capitalista, que funcionará dentro de uma ação calcada nessa ideologia e nas políticas desenvolvimentistas estratégicas para a região, como a Comissão Rondon.

A colonização da região do Madeira-Guaporé iniciou-se pela ação missionária de jesuítas para a catequização indígena no século XVII e XVIII, bem como a atuação de sertanistas e bandeirantes, a procura de apresamento de índios e na procura das drogas do sertão. Para consolidar o domínio lusitano nestas terras, os portugueses planejam e constroem, com mão de obra escrava, diga-se de passagem, o Real Forte Príncipe da Beira, em 1776, para garantir a posse do território colonial da margem direita do rio Guaporé, no atual município de Costa Marques, área fronteira com as colônias espanholas e lugar importante na região, pela produção aurífera da Capitania de Mato Grosso. Com a inatividade da fortaleza alguns anos mais tarde de sua construção, os negros formam diversas comunidades de remanescente de quilombos, onde vivem e resistentes até hoje no Vale do Guaporé, tema que suscita pesquisas para detalhar os efeitos pós-coloniais.

Nesse breve caminhar pela história, encontramos o mito fundaste da história de Rondônia, na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1912), em uma ação do capital internacional imperialista do final do século XIX, com o objetivo de escoar o látex boliviano via Oceano Atlântico. Nessa épica empreitada, trabalhadores de várias regiões do mundo são recrutados para trabalhar na ferrovia, que tem seu ponto de partida, num antigo porto militar usado como base na Guerra do Paraguai, pela construtora Mas, Gemeu & Randolph. No decorrer deste processo é organizada a Comissão Rondon para interligar o sul ao norte pelas linhas telegráficas através dos sertões brasileiros.

Rondon e o processo colonizador

Aqui começo abordar a figura de Rondon como o grande exemplo do colonizador que ficou no imaginário local, a figura do desbravador e do personagem que trouxe a civilização até os confins da Amazônia, até então considerada pelo governo como um grande vazio demográfico a ser ocupado, procurando entender o que é dito, e o que não está sendo dito pelos cânones oficiais da historiografia.

Cândido Mariano da Silva Rondon, nasceu em Mimoso, província do Mato Grosso, em cinco de maio de 1865. Militar de carreira, chegou até a mais alta patente do Exército Brasileiro no ano de 1955, a de Marechal, hoje já extinta, e é considerado o “maior desbravador,

civilizador, sertanista, bandeirante e inspetor militar de fronteiras mundiais, em terras e selvas tropicais” (BENTO, p. 2, 2008), tendo recebido o título de Patrono da Arma de Comunicações do Exército Brasileiro. Nessa afirmação do Coronel Cláudio Moreira Bento, fica claro o discurso da ação colonizadora do herói e sua missão civilizadora e com ela a necessidade da colonização, para proporcionar o progresso e o bem-estar de imigrantes futuros, para ali promover a prosperidade econômica e social. Aimé Cesáire, um dos principais autores do pós-colonialismo, nos mostra o que é o processo de colonização, primeiramente afirmando o que *não é a colonização* para depois afirmar o que é a mesma, ou seja,

267

concordemos no que ela não é; nem evangelização, nem empresa filantrópica, nem vontade de recuar as fronteiras da ignorância, da doença, da tirania, nem propagação de Deus, nem extensão do Direito; admitamos, uma vez por todas, sem vontade de fugir às conseqüências, que o gesto decisivo, aqui, é o do aventureiro e do pirata, do comerciante e do armador, do pesquisador de ouro e do mercador, do apetite e da força, tendo por detrás a sombra projetada, maléfica, de uma forma de civilização que a dado momento da sua história se vê obrigada, internamente, a alargar à escala mundial a concorrência das suas economias antagônicas. (CÉSAIRE, p. 15, 1978).

Diretamente ligada às relações de poder na sociedade, podemos ver que os processos externos e internos da colonização visam sempre coisificar a cultura original, substituindo-a pela do colonizador. É o conceito da “diferença colonial” desenvolvida pelo Grupo

Modernidade/Colonialidade, que trata da *diferença* não como critério de classificação étnica, mas como uma resultante da hierarquização social e cultural do processo colonial.

A filosofia da modernidade ocidental já preparava as bases da dominação colonial, quando por exemplo, Hegel menosprezou a África e os africanos pela afirmação da inexistência de história e cultura desse continente, onde a Europa ficaria incumbida desta missão civilizatória. Na Amazônia a mesma configuração se repete, ou seja, é o lugar sem história, sem passado e sem valor, retratada por Euclides da Cunha no livro *A margem da História* (2006), onde descreve a região como um grande deserto a ser domesticado, “tal é o rio; tal, a sua história: revolta, desordenada, incompleta. A Amazônia selvagem sempre teve o dom de impressionar a civilização distante” (CUNHA, p. 25, 2006).

Onde foram parar os milhares de indígenas que viviam na floresta, com suas inúmeras culturas e ancestralidade? A invisibilidade dos povos nativos sempre foi uma constante do governo, desprezando o colonizado e extinguindo a sua cultura, como podemos perceber no programa “Marcha para o Oeste” do governo Getúlio Vargas, onde o trabalho de Rondon foi,

fundamental para apoiar a Marcha para Oeste e para o Norte, uma preocupação que vinha desde o Império para que os vazios demográficos do Centro Oeste e do Norte fossem a cada dia mais povoados, explorados economicamente e por

consequência conquistassem maior expressão política. (BENTO, p. 2, 2008)

Essa “preocupação” gerou, posteriormente gerou o Projeto Rondon, um trabalho de extensão universitária, promovida hoje pelo Ministério da Defesa de natureza assistencial, principalmente na área da saúde. O Estado de Rondônia também tem sua história marcada pelo incentivo migratório através dos seus ciclos econômicos, desde a construção da EFMM, passando pela borracha, mineração, agricultura e atualmente pelo setor energético das usinas do Rio Madeira.

Cândido Rondon como militar, já tinha participado de algumas comissões telegráficas interligando regiões do Brasil através do telégrafo, um sistema de comunicação, que juntamente com a locomotiva, se configurava como símbolo do progresso e da modernidade na passagem do século XIX para o XX. Rondon foi incumbido da tarefa de chefiar a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, no governo de Afonso Pena, realizado em três etapas entre os anos de 1907 a 1909.

No traçado feito pela comissão, eram criados postos de telégrafo, dando origem a rota da BR-364 décadas depois, dando origem a vilas e cidades. O trabalho da Comissão Rondon era árduo e difícil, requeria hábito e disciplina militar onde “a coerção e a violência física eram utilizadas para evitar as fugas e manter em ritmo

acelerado os trabalhos” (TEIXEIRA; DANTE, p. 149, 1998).

Notemos que, o planejamento da Comissão Rondon era de caráter estratégico, ou seja, uma ação de empreendimento militar na ocupação do território e na defesa das fronteiras, com influência notadamente positivista, doutrina esta que orientava principalmente o Exército Brasileiro, no qual Rondon era oficial. Esta doutrina, criada por Auguste Comte, fundamentava a ação militar do governo republicano, que nascia a partir do golpe de 15 de novembro de 1889, tendo como máxima a *ordem* (a república liberal-burguesa) e o *progresso* (a civilização eurocêntrica, branca e cristã), contribuindo para a consolidação da identidade nacional, isto é,

trionfava aqui a ideologia européia do progresso infinito com base na civilização industrial. Passava-se a explicar o mundo físico e humano por leis matemáticas e mecânicas, os conceitos darwininianos e spencerianos de evolução estabeleciam padrões de pensamento em níveis diversos. O cientificismo (determinismo e evolucionismo) trazido pela doutrina positivista de Augusto Comte contagiava intelectual e emocionalmente toda uma geração de pensadores e escritores, cada vez mais preocupada com problemas de hereditariedade e melhoria de padrões genéticos. (SODRÉ, p. 97, 2015).

A partir desta configuração podemos perceber como a ação de Rondon no “desbravar” dos sertões, para levar a ciência e o progresso através da tecnologia das comunicações e em sua preocupação com o contato com os povos indígenas, para integrá-los a sociedade “branca”,

ilustrado nas filmagens da época, quando os mesmos são vestidos, literalmente, pelo cineasta oficial da comissão, o Major Luiz Thomaz Reis, como uma naturalização da sua missão colonizadora calcada na ideologia positivista.

Além da ampliação das linhas e postos telegráficos, a Comissão Rondon também contava com botânicos, zoólogos para a catalogação da fauna e flora amazônica e de outros cientistas que realizaram um levantamento cartográfico e geográfico, bem como dados etnográficos referentes aos índios contatados. Um fato interessante é que diferente das expedições científicas do Império, naquele momento foi feito por estudiosos e cientistas brasileiros, a partir do Brasil, fazendo parte hoje, **269** do acervo do Museu Nacional.

De ascendência indígena (bororó e terena), Rondon ficou conhecido também protetor dos povos indígenas, era intitulado “o ‘Pai Branco’, o ‘Apostolo das Selvas’ de nossa população indígena, por ele redimida, valorizada, protegida de massacres e explorações, compreendida e amada, fiel ao seu lema – Matar nunca. Morrer se preciso for” (BENTO, p. 3, 2008). Foi durante a Comissão Rondon, do contato com os índios, que houve a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais em 1910.

Essas ações demonstram a figura de Cândido Mariano como o bom colonizador, o colonialista que não usa da força para dominar, porque a violência que se dá é de ordem

simbólica, “preservando” a vida do índio, porém, não respeitando a sua identidade cultural, pois como positivista que era a ideia de Rondon era inserir a cultura branca europeia, nos hábitos e costumes dos povos indígenas contatados, como podemos constatar nas palavras de Albert Memmi, “o colonizador não tem outra coisa a fazer senão renunciar a qualquer identificação com o colonizado” (MEMMI, p. 39, 1977), mas sim o colonizado que tem por obrigação assumir a identidade do colonizador, com sua língua, vestuário, culinária, religião, etc. O objetivo era civilizar o índio e inseri-lo no sistema de produção capitalista, isto é, um mero trabalhador, seja na agricultura, seja como operário na manutenção das linhas telegráficas.

As fotografias, exposições públicas dos filmes e uma série de artigos na imprensa brasileira, “tinham como objetivo estratégico alimentar o espírito nacionalista na sociedade civil brasileira, principalmente junto à uma elite urbana sedenta por imagens e informações sobre o desconhecido sertão brasileiro, aos seus olhos ainda exótico e inexplorado” (Em: <<http://povosindigenas.com/comissao-rondon/>> Acesso em 28 novembro 2017). Posteriormente é lançada a coleção *Índios do Brasil* (1946-1953), em três volumes, uma produção visual onde “o diálogo entre texto e imagem retrata um índio primitivo e selvagem. A figura de Rondon personifica a chegada de uma “civilização” que pacifica este índio e, segundo acreditava, propiciaria um salto em sua marcha evolutiva”

(Ibid., Acesso em 28 novembro 2017). Nessas obras também é mostrado índios empunhando a bandeira do Brasil, fortalecendo o ideário nacionalista e contribuindo para a ideia de um ser integrado à nação, conhecedor da História do Brasil e, portanto, civilizado, estava assim resolvido o “problema do índio”, uma alcunha formulada pelo próprio Rondon.

O retrato mítico do colonizado, muito bem exemplificado pela ação indigenista civilizatória que tem início no Brasil com o SPI, é descrito por Albert Memmi através de três argumentos colonialistas, que tem como estratégia a desvalorização do colonizado, isto é, a preguiça, a debilidade e a ingratidão. Formas de colonialidade ainda presente na sociedade pós-colonial. 270

O indígena brasileiro se enquadra nestes retratos descritos por Memmi. Em primeiro lugar, é considerado preguiçoso e indolente por natureza, apenas por não pertencer ao sistema de produção mercantil capitalista, uma mentira reproduzida até hoje pelo senso comum entre os brasileiros não-índios. Chegamos a conclusão que desta forma “o retrato mítico do colonizado conterà então uma inacreditável preguiça. O do colonizador o gosto virtuoso da ação” (MEMMI, p. 78, 1977). O segundo termo diz respeito a incapacidade de se governar, uma “preocupação” dos sertanistas na época do SPI, delegando esta função aos colonizadores, que defendiam que “é do próprio interesse do colonizado ser excluído das funções de direção, e que essas pesadas

responsabilidades sejam reservadas ao colonizador” (Ibid., p. 79). E em terceiro lugar a ingratidão do colonizado, por “tudo aquilo que o colonizado deve ao colonizador” (Ibid., p. 80).

Esses argumentos demonstram o quão vantajoso era econômica e culturalmente para o colonizador, a fim de manter sua dominação com base no lucro, no privilégio e na usurpação. Essa construção de estereótipos identitários sobre os colonizados, como selvagens, preguiçosos e incompetentes, é fruto das teorias científicas eurocêntricas, que tem por objetivo a dominação colonial, e aqui no Brasil também refletido e praticado em função da ordem e do progresso nacional.

Considerações finais

A influência de Cândido Mariano da Silva Rondon sobre a história e historiografia de Rondônia é presente no processo de colonialidade, termo cunhado por Aníbal Quijano e utilizado pelo Grupo Modernidade/Colonialidade onde mostra que, “a colonialidade, em consequência, é ainda o modo mais geral de dominação no mundo atual, uma vez que o colonialismo, como ordem político explícito, foi destruído” (QUIJANO, p. 4, 1992). Restaram as formas implícitas de dominação, que agora trataremos pelo termo colonialidade, que moldaram a forma da constituição política e cultural do Estado de Rondônia.

O Estado recebeu o nome em homenagem a esse personagem retratado aqui neste artigo com mais ênfase, o Marechal Rondon, célebre bandeirante, humanista, positivista, pacificador e bem-feitor do Brasil, enfim, um militar capaz de mostrar o caminho da civilização sem a necessidade de conflitos e guerras. A atuação de militares no Território do Guaporé e de Rondônia até a criação do Estado em 1981 mostra a influência do Exército nestas “paragens do poente”, parafraseando o hino estadual, haja vista a presença de militares no poder nacional de Vargas até o início da Nova República.

Não estou aqui desmerecendo em tudo as ações governamentais e a memória de Rondon, **271** mas faz-se necessário uma leitura crítica para perceber nas entrelinhas, os aspectos pós-coloniais que deixaram marcas na história e no processo civilizatório, que privilegiam certos grupos e renegam outros, esses sempre não vistos pelo olhar da historiografia oficial com o seu devido valor, como os povos indígenas, os seringueiros, os ribeirinhos e pequenos agricultores, partes de uma Rondônia que precisa ser conhecida melhor.

O empreendimento de Rondon na Amazônia, deu origem a duas Rondônias que disputam a memória de sua história. Uma Rondônia mais tradicional, voltada para a cultura amazônica do eixo Madeira-Mamoré-Guaporé, com uma historicidade mais antiga e provincial, tendo a Estrada de Ferro Madeira Mamoré e o

Real Forte Príncipe da Beira, como referência de um período de transição entre Colônia-Império-República e outra Rondônia resultante da Comissão Rondon, que promoverá ao longo do tempo diversas frentes de ocupação e colonização durante o século XX, com a construção da BR-364, estabelecendo na Amazônia ocidental um espaço de constante processo migratório gerado pelos ciclos econômicos, planejados pelos governos territorial, estadual e federal. É o que vemos por exemplo no governo Médici, já no governo militar, através do slogan *Terra sem homens, para homens sem terra* que “cumpria várias estratégias internas dos militares, desde: o domínio político, rearranjo do capital interno e ampliação forçada de mercado, garantia dos recursos naturais estratégicos e ainda o fortalecimento de suas alianças políticas” (SOUZA, p. 18, 2011).

A partir de uma perspectiva de-colonial observa-se que estamos numa zona de fronteira geoepestêmica, cultural, identitária e de memórias em disputa, que precisa ser investigada cada vez mais. Rondônias que se entrecruzam diuturnamente sem se misturar e convivendo numa aparência harmônica entre a modernidade e a colonialidade, o norte e o sul, a Amazônia e o cerrado, a floresta e a soja, o ribeirinho e o agro-negócio, o tradicional e o pós-moderno. Que identidade nos remete enquanto rondonienses? Indígenas ou bandeirantes? Todas e nenhuma. Vivemos dentro

de uma polissemia, ávidos por uma representação enquanto seres culturais num mundo pós-colonial, para romper a hegemonia das colonialidades do ser, do saber e do poder.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, pp. 89-117, maio - agosto de 2013.

BENTO, Cláudio Moreira. **Recordando a vida e obra do Marechal Cândido Mariano Rondon: o patrono da arma de comunicações no sesquicentenário de seu nascimento em 5 de maio de 2015**. In: 3ª Divisão de Exército Divisão Encouraçada Bicentenário. Resende: AHIMTB, 2008.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CUNHA, Euclídes da. **À margem da história**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

GALLAS, Luciano. “Decolonialidade como o caminho para a cooperação”. In: **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, nº 431, p. 21-25, 2013.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PRYSTHON, Angela. “Histórias da teoria: os estudos culturais e as teorias pós-coloniais na América Latina”. In: **Revista do Programa de**

Pós-Graduação em Comunicação e

Linguagens. Universidade Tuiuti do Paraná, v. 9, n. 1, 2010.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad y Modernidad-racionalidad". In: BONILLO, Heraclio (comp.). **Los conquistados.** Bogotá: Tercer Mundo Ediciones: FLACSO, pp. 437-449, 1992.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2015.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia, uma memória em disputa.** – Assis, 2011. 192 p. Tese (Doutorado). – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP –Universidade Estadual Paulista, 2011.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Regional: Rondônia.** Porto Velho: Rondoniana, 1998.

NOTAS

¹ Professor de História do Ensino Médio e aluno do mestrado em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Possui graduação em Licenciatura em Música pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012) e graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Rondônia (1997).

Recebido em: 30/11/2017.

Aprovado em: 15/12/2017.

Publicado em: 30/01/2018.